

# Prefeitura Municipal de Cordeiros

Pregão Eletrônico



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS**  
Praça Cel. José Moreira Cordeiro, 104 – Centro.  
CNPJ: 13.694.468/0001-75 Fone/Fax: (77) 3447-2114  
E-mail: prefeitura\_cordeiros@yahoo.com.br  
CEP: 46.280-000 – Cordeiros – Bahia



**PROCESSO: IMPUGNAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2022**

**IMPUGNANTE: CTES – COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO**

**IMPUGNADO: PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS - BA**

DECISÃO.  
Vistos etc.

A empresa CTES – COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO, CNPJ nº 23.641.510.0001-43 moveu o presente Ato de Impugnação de Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 009/2022, alegando que “o cargo de “Engenheiro Civil”, sendo as demais atividades do mesmo lote referentes a serviços gerais, o que restringe claramente a ampla competitividade pois trata-se de objetos distintos em um único lote” e restrição a competitividade no item 3.2.7 do Edital, onde consta a vedação da participação de sociedades cooperativas, devido ao objeto desta licitação enquadrar-se expressamente dentre os serviços elencados na Cláusula Primeira do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público e a União.

Com vista dos autos a Pregoeira emitiu Despacho opinando pela improcedência do pedido de impugnação.

RELATOS. DECIDO.

## 1. DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO:

Temos a considerar que o Aviso da Abertura do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 009/2022 ocorreu em 07/04/2022, com Abertura das Propostas marcada para dia 20/04/2022.

As fases preparatória e externa foram totalmente realizadas com base na legislação vigente.

# Prefeitura Municipal de Cordeiros



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS**  
Praça Cel. José Moreira Cordeiro, 104 – Centro.  
CNPJ: 13.694.468/0001-75 Fone/Fax: (77) 3447-2114  
E-mail: prefeitura\_cordeiros@yahoo.com.br  
CEP: 46.280-000 – Cordeiros – Bahia



Com fulcro no art. 25 do Decreto Municipal nº 057/2021, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Conforme o item 25.3 do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 009/2022 cabe à Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

O pedido de impugnação foi encaminhado dentro do prazo cabível, portanto, tempestivo.

## 2. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO:

Temos a considerar que o Edital prevê e mantém todas as normas legais de licitações, porém, a impugnante insurge contra a inserção do profissional Engenheiro Civil no Lote único do certame por entender que restringe a ampla competitividade e contra o item 3.2.7 do Edital, alegando ilegalidade do ato, por constar a vedação da participação de sociedades cooperativas, devido ao objeto desta licitação enquadrar-se expressamente dentre os serviços elencados na Cláusula Primeira do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público e a União, requerendo a impugnação do Edital a fim de estabelecer a faculdade da participação de cooperativa.

Em suas razões, a CTES – COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO aponta que o Edital do Pregão Eletrônico nº 009/22 viola de maneira flagrante os princípios legais contidos na lei 8666/93, diploma legal que rege a matéria, inclusive por vedar a participação de cooperativas no certame licitatório para a contratação de empresa para serviços contínuos de manutenção e reparos, manutenção preventiva e corretiva nos logradouros públicos, sem o fornecimento de materiais.

### Do Lote – engenheiro civil

Item	Código	Descrição	Und	Quant.
1	88260	Serviços complementares de <b>calçeteiro</b> em serviços com materiais utilizados em obras de pavimentação de ruas (calçamento), calçadas e praças públicas, em obras novas, conservação, manutenção ou reformas das obras, até dez operários por serviço empreitado.	H	2.500
2	88316	Serviços complementares de <b>servente de serviços gerais</b> em praças, parques, jardins, ruas, avenidas, passeios, bueiros, realizando na sede e interior do Município, até trinta serventes por serviço empreitado.	H	7.000
3	88264	Serviços complementares de <b>eletricista</b> na manutenção predial compreendendo a estrutura elétrica nos imóveis propriedade ou locados e logradouros do Município, até três eletricitas por serviço empreitado.	H	1.000
4	88309	Serviços complementares de <b>pedreiro</b> na execução de serviços de construção e reparos preventivos ou corretivos realizando substituição, reparando, reformando ou instalando peças, componentes ou equipamentos em imóveis de propriedade ou locados ao Município, até cinco pedreiros por serviço empreitado.	H	8.000

# Prefeitura Municipal de Cordeiros



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS**  
Praça Cel. José Moreira Cordeiro, 104 – Centro.  
CNPJ: 13.694.468/0001-75 Fone/Fax: (77) 3447-2111  
E-mail: prefeitura\_cordeiros@yahoo.com.br  
CEP: 46.280-000 – Cordeiros – Bahia



5	88261	Serviços complementares de <b>carpinteiro</b> na execução de serviços de construção e reparos preventivos ou corretivos realizando substituição, reparando, reformando ou instalando peças, componentes ou equipamentos em imóveis de propriedade, locados ou logradouros do Município, até dois carpinteiros por serviço empreitado.	H	2.000
6	88310	Serviços complementares de <b>pintor</b> na execução de serviços de construção e reparos preventivos ou corretivos realizando a reparação, reformando ou após a instalação de peças, componentes ou equipamentos em imóveis de propriedade ou locados ao Município, até três pintores por serviço empreitado.	H	5.000
7	88315	Serviços complementares de <b>serralheiro</b> na execução de serviços de construção e reparos preventivos ou corretivos realizando substituição, reparando, reformando ou instalando peças de ferro, aço ou alumínio, componentes ou equipamentos em imóveis de propriedade, locados ou logradouros do Município, até dois serralheiros por serviço empreitado.	H	1.500
8	90781	Serviços complementares de <b>topógrafo</b> na execução de serviços de levantamento ou cadastramento de dados para o desenvolvimento de cálculos topográficos e serviços correlatos em imóveis de propriedade ou locados ao Município, até dois topógrafos por serviço empreitado.	H	2.500
9	88297	Serviços complementares de <b>Operador de Máquinas</b> / realizar manutenção básica de máquinas pesadas, tais como dozer, tratores diversos, moto-niveladoras, retro-escavadeiras, compactadores, entre outras, além de opera-las com a finalidade de nivelar os terrenos na construção de edificações, estradas, etc.	H	5.000
10	90778	Serviços complementares de <b>Engenheiro Civil</b> / profissional responsável por projetos de especialidades, gestão e planejamento de obras, bem como, fiscalização de grandes projetos de construção, incluindo estradas, edifícios, aeroportos, túneis, barragens, pontes e sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgotos.	H	650
11	90766	Serviços complementares de <b>Almoxarife</b> / profissional responsável por receber, identificar e conferir materiais, registrando as movimentações de entrada e saída de materiais ou produtos. Para que o profissional tenha um bom desempenho como Almoxarife é essencial que possua conhecimentos em Windows, Word e Excel.	H	2.000
12	88252	Serviços complementares de <b>Auxiliar de Serviços Gerais</b> com encargos complementares / profissional responsável por pelo sistema de abastecimento de água das comunidades rurais.	H	12.500

## Das Cooperativas

O referido item indica que:

3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

...

3.2.7. As sociedades cooperativas, devido ao objeto desta licitação enquadrar-se expressamente dentre os serviços elencados na Cláusula Primeira do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público e a União, cujo teor consta no Anexo X deste Edital.

Nesse sentido, pugna que o serviço de engenharia civil, seja julgada em lote separado das demais atividades do lote único e que seja permitida a participação de sociedades cooperativas pelos argumentos supra.

## **3. DA DECISÃO:**

### Do Lote – engenheiro civil

Apesar do presente certame não se referir a obras de engenharia, mas a serviços, estes serão supervisionados por engenheiros e que exigem na sua execução técnicas de engenharia, sendo imprescindível que a empresa disponha em seu quadro de engenheiro civil que será o responsável técnico.

# Prefeitura Municipal de Cordeiros



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS**  
Praça Cel. José Moreira Cordeiro, 104 – Centro.  
CNPJ: 13.694.468/0001-75 Fone/Fax: (77) 3447-2111  
E-mail: prefeitura\_cordeiros@yahoo.com.br  
CEP: 46.280-000 – Cordeiros – Bahia



Ademais, conforme devidamente justificado no processo a contratação individualizada onera os valores dos serviços em relação à contratação em grande escala, em conformidade com os artigos 3º, § 1º, I, 15, IV e 23, §§ 1º e 2º, todos da Lei 8.666/1993. Portanto, a opção de se licitar por itens agrupados (por lote) é devido as características do objeto serem para um mesmo fim (manutenção de logradouros públicos), visto que desta forma, facilitará a participação de licitantes neste tipo de licitação, uma vez que conforme as características dos itens agrupados estes possuem a mesma natureza, considerando ainda que há um elevado quantitativo de empresas que encontra-se aptas ao pleno atendimento ao processo licitatório e que o formato de lotes é mais vantajoso para a Administração.

Ressaltamos que foi levado em conta a natureza similar dos cargos ora demandados, e com a finalidade de reduzir a possibilidade de ocorrência de perda de economia de escala e no intuito de fomentar a competitividade, além de viabilizar um melhor gerenciamento dos serviços prestados, buscando evitar o desperdício de recursos e minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade desses serviços, ocorreu o agrupamento de atividades.

Dessa forma, a formação em lote único surge na permissão de “quando imprescindíveis para garantir a perfeita execução do objeto licitado”, conforme se evidencia.

#### Das Cooperativas

Em decorrência do acordo judicial celebrado entre a União Federal e o Ministério Público do Trabalho no bojo da Ação Civil Pública no ano de 2003, recomenda-se aos órgãos da Administração Direta e Indireta que, em regra, vedem a maior parte dos tipos de cooperativas existentes em suas licitações.

A referida transação possuiu como escopo a busca pela prevenção de cooperativas fraudulentas, constituídas com finalidade de obter vantagem econômica em detrimento de direitos trabalhistas tolhidos dos cooperados.

A despeito da busca pela observância das normas trabalhistas, a vedação também foi capaz de atingir verdadeiras cooperativas, constituídas de forma regular. Não por outro motivo, no ano de 2012, foi editada a Lei n. 12.690/12, afastando o entendimento de que a regra geral deveria ser pela proibição de participação das cooperativas nas licitações.

Nesse sentido, o art. 10, § 2º do referido diploma preceitua que:

Art. 10. A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero, serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social.

§ 2º A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.

# Prefeitura Municipal de Cordeiros



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS**  
Praça Cel. José Moreira Cordeiro, 104 – Centro.  
CNPJ: 13.694.468/0001-75 Fone/Fax: (77) 3447-2111  
E-mail: prefeitura\_cordeiros@yahoo.com.br  
CEP: 46.280-000 – Cordeiros – Bahia



Além dos requisitos dispostos em lei, a Súmula n. 281 do Tribunal de Contas da União dispõe que:

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver a necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como pessoalidade e habitualidade.

Assim, diante do acordo judicial firmado em 2003, por expressa e atual previsão legal, caso a cooperativa tenha por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social, bem como não seja constatada a existência de subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade entre o obreiro e o contratante, não subsistem motivos para a manutenção da vedação de participação em certame licitatório.

No caso em tela, observa-se, a partir da análise do Estatuto Social da CTES, que o seu objeto social, previsto no art. 2º, se coaduna com o objeto do certame licitatório em questão.

Ocorre que, diante da verificação de que os serviços a serem contratados se enquadram nas hipóteses de vedação previstas no termo de cooperação firmado entre o Ministério Público do Trabalho, que impede a contratação de trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra nos casos em que se demanda a execução do serviço em estado de subordinação, não é possível a participação da CTES no processo licitatório.

Isso porque, nas cooperativas que envolvem serviços de mão de obra, habitualidade e subordinação jurídica são elementos intrínsecos à realização da atividade contratada.

A jurisprudência brasileira se encontra consolidada no que diz respeito à impossibilidade de contratação de cooperativas para a prestação de serviços de mão de obra, hipótese verificada no caso em tela. Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA. COOPERATIVA DE TRABALHO. VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO. LEGALIDADE CONSTATADA. PRECEDENTES STJ. MULTA POR DESCUMPRIMENTO REVOGADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Já encontra-se pacificada no STJ a impossibilidade de contratação de cooperativas para a prestação de serviços de mão de obra, quando o trabalho imponha condição de subordinação, diante do risco de dano ao patrimônio público que a contratação pode causar. 2. Legalidade da previsão editalícia que proíbe a participação de cooperativa em licitações de serviços de mão de obra, diante da probabilidade de reconhecimento de relações de emprego entre o licitante e o cooperativado. Legalidade na vedação de cooperativas participarem de licitação cujo objeto seja a prestação de serviços de mão de obra. Prevenção de futura responsabilização pelo pagamento de débitos trabalhistas e fiscais. 3. Em razão do reconhecimento da legalidade da vedação da participação de cooperativas de trabalho em licitações de serviços de mão de obra, resta revogada a

# Prefeitura Municipal de Cordeiros



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS**  
Praça Cel. José Moreira Cordeiro, 104 – Centro.  
CNPJ: 13.694.468/0001-75 Fone/Fax: (77) 3447-2114  
E-mail: prefeitura\_cordeiros@yahoo.com.br  
CEP: 46.280-000 – Cordeiros – Bahia



multa arbitrada pelo Juízo a quo, diante da ausência de fundamento para sua manutenção. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (Classe: Agravo de Instrumento, Número do Processo: 0023105-98.2017.8.05.0000, Relator (a): Moacyr Montenegro Souto, Terceira Câmara Cível, Publicado em: 25/09/2018). (TJ-BA - AI: 00231059820178050000, Relator: Moacyr Montenegro Souto, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 25/09/2018).(grifos nossos)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO. IMPOSSIBILIDADE. Segundo o entendimento do STJ, é inadmissível a participação de cooperativa em licitações de serviços de mão-de-obra, porque nestes casos é provável que venham a ser reconhecidas relações de emprego entre o licitante e o cooperativado, diante da impositividade da legislação trabalhista. (TJ-RS – AI: 70076523109, Relator: João Barcelos de Souza Júnior. Segunda Câmara Cível, Data de Publicação 05/04/2018).(grifos nossos)

Assim, tendo em vista a possibilidade de reconhecimento de vínculo empregatício entre cooperativado e Administração Pública, ensejando o pagamento de todos os encargos decorrentes, cabe ao ente municipal inserir a cláusula de vedação da contratação de cooperativas de mão de obra como forma de prevenção a futuro dano ao erário.

#### 4. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, o opinativo é pelo **RECEBIMENTO da IMPUGNAÇÃO** apresentada pela CTES – COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO, inscrita no CNPJ, sob o nº 23.641.510.0001-43, para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Salientamos que, a previsão de republicação do edital, com abertura de novo prazo, deve ser utilizada quando, a alteração (Edital) afetar a formulação das propostas. Entendendo como “proposta” o conjunto formado pela documentação de habilitação, a propostas técnica (quanto houver) e a proposta comercial.

Permanecem inalteradas as informações e dados constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2022, mantendo a data e horários do certame para 20/04/2022 às 08:30hs.

Após comunicado ao impugnante desta decisão, arquivem-se, com a baixa e anotações devidas.

Cordeiros – BA, 11 de abril de 2022.

Mariana Maria de Abreu Pereira  
Pregoeira  
CPF 026 267 455-61  
Mariana Maria de Abreu Pereira  
Pregoeira  
Número N° 01/2021